

Nas páginas 6 e 7, o assessor jurídico da Adufrgs, Rogério Viola Coelho, faz uma análise do significado institucional do Projeto de Lei do Emprego Público, que antecipa a inclusão das IFES no rol dos serviços em que as relações de trabalho serão de direito privado. Entre outras consequências, as mudanças vão radicalizar a precarização do emprego público, levando à desprofissionalização massiva das atividades docentes

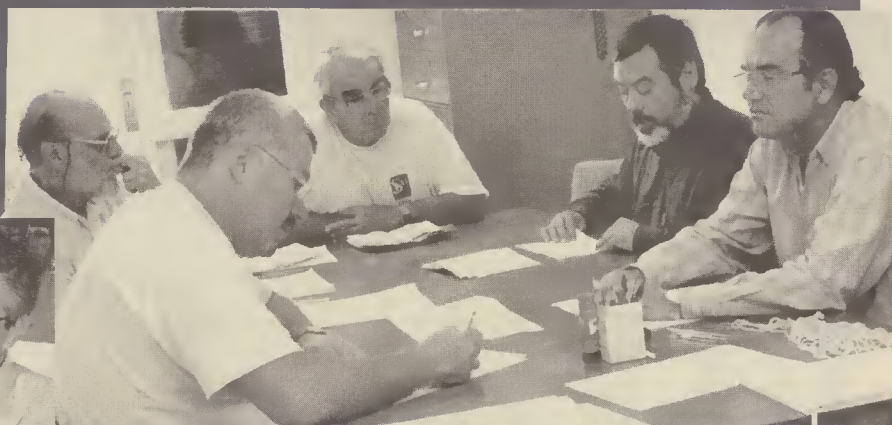
Ensino Superior

A precarização do emprego público

Arte de Mario Guerreiro

Chapa 1 vence eleições na Adufrgs

Rubens Weyne é o novo presidente da Adufrgs. A chapa 1, "Autônoma e participativa", contabilizou 656 votos contra 479 da chapa 2, "Resgatando valores – Fortalecendo a democracia", encabeçada por Jayme Werner dos Reis. A chapa vencedora é composta também por Marilene Schmarczek, 1ª vice-presidente, Félix González, 2º vice-presidente, Mário Wrege, 1º secretário, Daniela Fialho, 2ª secretária, Edson Lindner, 1º tesoureiro, Vanderlei Carraro, 2º tesoureiro, Tatiana Montanari, 1ª suplente, e Carmem Lucia Bezerra Machado, 2ª suplente.



Apuração: resultado, que deu vitória à chapa presidida por Rubens Weyne (detalhe), foi divulgado às 18h30min do dia 30

Retrato de Erasmo de Rotterdam de Hans Holbein



Liberdade acadêmica

Em brilhante artigo neste número do ADverso, Dr. Rogério Viola mostra que a instituição universidade necessita, para se desenvolver e servir à sociedade, tanto de autonomia para si como instituição como também para seus integrantes. Isso se traduz na liberdade acadêmica ou de ciência.

Para que tal ocorra, prossegue o Dr. Rogério, é necessário um regime de trabalho onde o docente não ficaria ao arbítrio das chefias, o que não seria garantido com o regime de emprego público, leia-se CLT, que o MEC e o resto do governo desejam implantar na universidade.

Infelizmente a Ifes, embora se declare contrária ao regime de emprego público, acaba legitimando-o quando faz o exercício

de regulamentá-lo, para eliminar "seus aspectos mais negativos".

O que tem de mais negativo no emprego público é sua natureza e, salvo melhor juízo, qualquer alteração tópica não mudaria a sua essência. Além disso, esta prática induz ao terrorismo num processo que está longe de seu desfecho. Esperamos que o Conselho Universitário da Ufrgs se manifeste veementemente não só contra o projeto do MEC, mas contra qualquer tentativa de precarizar a relação de trabalho dentro da universidade pois, como todos sabemos, CLT não rima com liberdade acadêmica.

Por outro lado, devemos continuar reivindicando uma ampliação das vagas para professores a serem contratados com base no estatuto profissional atual.

Desenvolvimento humano

Mais de 50 personalidades do Brasil e do exterior já confirmaram presença no Fórum Social Mundial, que acontece de 25 a 30 de janeiro, em Porto Alegre. A idéia do encontro, que promete ser o maior evento mundial de combate à globalização econômica, surgiu em 1998, com os protestos contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), na Europa. As manifestações em Seattle, no Encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, recentemente, em Washington, contra as políticas do FMI e do Banco Mundial, deram a dimensão do que será o evento na capital gaúcha. O propósito é se contrapor ao Fórum Econômico de Davos (Suíça) e o desafio, formular alternativas que priorizem o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados nas relações nacionais e internacionais.

Universidade estadual

O informativo de dezembro do gabinete do deputado Ronaldo Zulke reforça informação já divulgada no ADverso. De acordo com o ex-líder do governo na Assembleia Legislativa, a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo, "reúne todas condições para a instalação do primeiro núcleo tecnológico da Universidade Pública Estadual". Zulke destaca que a escola técnica é reconhecida nacional e internacionalmente por seus projetos de pesquisa. Também "conta com espaço físico, laboratórios e corpo docente qualificado, além de já ter encaminhado ao Conselho Estadual de Educação projeto para criação de dois cursos superiores: Automação Industrial e Gestão Ambiental".

Só para mulheres

Um concurso, promovido pela Equality Now e exclusivo para mulheres, vai premiar as melhores "idéias estratégicas para acabar com o estupro". Resumidas em duas páginas, as propostas devem ser encaminhadas até o dia 31 de dezembro, quando serão escolhidas 60 finalistas. Em fevereiro, elas irão a Nova Iorque participar do "Encontro contra a Violência contra as Mulheres" e receberão prêmios em solenidade no Madison Square Garden. Os interessados podem obter maiores informações com Lucy Garrido, no endereço eletrônico lgarrido@chasque.apc.org.

As eleitas

Levantamento do Instituto Brasileiro de Administração Municipal mostra que o número de mulheres eleitas este ano em relação a 1996 praticamente não se alterou. Há quatro anos, 6.598 mulheres foram escolhidas. Agora, apesar do aumento expressivo de candidaturas femininas, decorrente da política de cotas, esse número gira em torno de 7 mil.

IPA patrocinou vinda de Panisset

Em matéria sobre palestra do presidente do Conselho Nacional de Educação, Ulysses Panisset, na capital gaúcha, deixamos de registrar que o evento foi patrocinado pelo IPA (Instituto Porto Alegre). No dia 21 de setembro, 250 educadores, pesquisadores e professores de 32 entidades participaram do debate sobre temas relacionados à formação de educadores no ensino superior.

Comunidade universitária elege novas diretorias de unidades

Novos diretores e vice-diretores de unidades estão sendo eleitos por docentes, técnicos e professores da Ufrgs. Confira alguns resultados:

Arquitetura

Diretoria: Edson Krebs (64%) e Elvan Silva (36%)

Vice: Jorge Haussen (55%), Sílvia Abreu (36%) e Ana Busko (6%)

Agronomia

Não houve inscrição de chapas. Nova diretoria deve ser escolhida pelo Conselho Universitário (Consun)

Direito

Diretoria: Plínio de Oliveira Correa (chapa única)

Vice: Sérgio José Porto (chapa única)

Fabico

Diretoria: Márcia Machado (chapa única)

Vice: Ricardo Schneider (chapa única)

Farmácia

Diretoria: Valquíria Bassani (chapa única)

Vice: Sílvia Guterres (chapa única)

Administração

Novas eleições em 2002

Artes

Eleições marcadas para 19 de dezembro

Economia

Diretoria: Pedro Fonseca

Vice: Paulo Schmidt

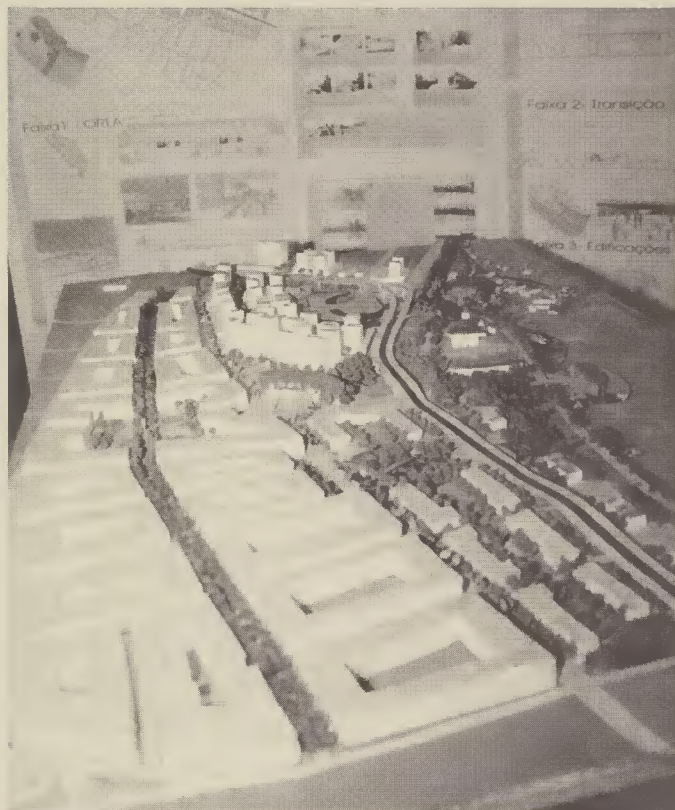
Diretoria

Presidente: Carlos Schmidt;
1º Vice-Presidente: Lúcio Hagemann;
2º Vice: Elisabete Búrigo;
1ª Secretária: Regina Witt;
2ª Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Mário Brauner;
1º Suplente: Rubens Weyne;
2º Suplente: Jaqueline Moll

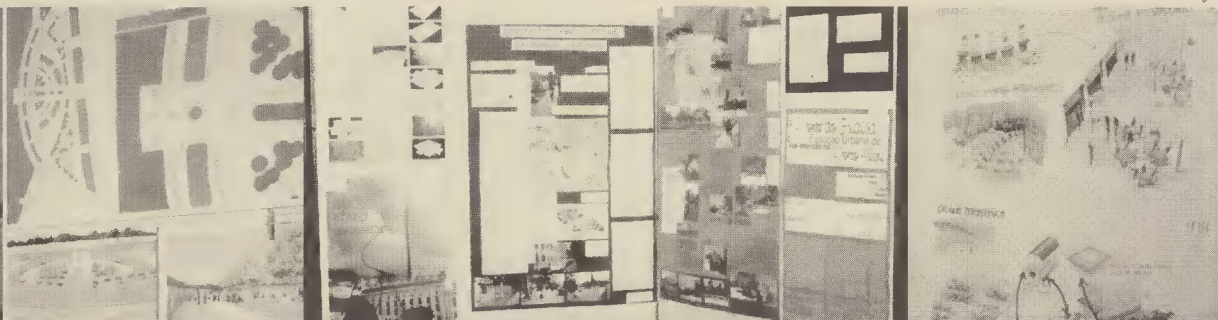
ARQUITETURA

Estudantes de urbanismo projetam a cidade ideal

Fotos Joselito Luiz Rochinski Araújo



Polêmica: os trabalhos que concorreram ao Prêmio tiveram a preocupação de resolver problemas de urbanismo de Porto Alegre. O trabalho vencedor da categoria Ensaio de Projeto (ao lado) tratou de uma área polêmica da cidade



O Prêmio do Dia Mundial do Urbanismo, organizado pelo Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs, vai fazer parte do calendário de atividades da instituição. O evento é comemorado no dia 8 de novembro, Dia Mundial do Urbanismo e já está na sua terceira edição. Este ano, duas categorias receberam a premiação: Ensaio Teórico, em que são julgados os trabalhos voltados às disciplinas teóricas oferecidas pelo Departamento de Urbanismo, e os Ensaio de Projetos, em que são analisados os trabalhos dos ateliês de projeto urbano do Departamento.

O coordenador do evento, professor Leandro Andrade, diz que o sucesso do Prêmio vem aumentando a cada edição. Ele afirma que o Departamento de Urbanismo tem cerca de 400 alunos matriculados e pelo menos a metade está indiretamente ligada ao Prêmio. "Existe uma movimentação muito grande na Faculdade durante a exposição dos trabalhos, na qual os professores e alunos discutem a produção e os resultados alcançados. Este é o nosso objetivo, porque o Prêmio tem um caráter formativo".

A exposição dos trabalhos inscritos aconteceu de 30 de outubro a sete de novembro e ocupou os três andares do prédio da Faculdade. A premiação contou com a conferência da arquiteta e paisagista Rosa Kliass, presidente da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas e vice-presidente da Região Ocidente da Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas, além da presença de importantes nomes da arquitetura e da reitoria Wlana Panizzi.

De acordo com o chefe do Departamento de Urbanismo, professor César Krebs, os trabalhos desenvolvidos pelos alunos despertam o interesse da Secretaria do Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre. "Eles nos procuram, nos fornecem palestras, nos dão subsídios sobre as condições da cidade. Em contrapartida, eles vêm buscar, na nossa produção acadêmica, as propostas para as áreas que eles querem urbanizar".

Menção honrosa Ensaio Teórico

Trabalho: "Análise do entorno da Usina do Gasômetro"

Autores: Rodrigo Rosa da Costa, Fábio da Silveira, Marcus Eduardo de Andrade Weber, Mariana Pavlick Pereira, Michel Araujo Barcellos e Karen Freitas Alves
Orientadores: Eber Pires Marzulo e Carlos Ribeiro Furtado

Menção honrosa Ensaio Teórico

Trabalho: "Abertura da Avenida Borges de Medeiros – Quadras da Praça XV"

Autores: Albert Newton Slusser, Márcia Rosa Ruffato e Eliana Giacomini
Orientadores: Célia Ferraz de Souza, Gilberto Flores Cabral e João Farias Rovatti

Menção honrosa Ensaio de Projeto

Trabalho: "Proposta de revitalização urbana de um setor da cidade de Porto Alegre"

Autores: Carla Brenner, Solange Alejandra Presa, Luiz Augusto de Barros e Adriane Almeida.
Orientadores: Edson Krebs, Maria Soares de Almeida, Gilberto Flores Cabral e Ana Paula Sá Alcântara Gomes.

Menção honrosa Ensaio de Projeto

Trabalho: "Proposta urbanística para Nova Santa Rita"

Autores: Luciana Greff, Luana Mundstock, Simone Malacarne e Simone Tonelotto
Orientadores: Leandro Marino Vieira Andrade e João Farias Rovatti.

Menção honrosa Ensaio de Projeto

Trabalho: "Proposta de loteamento e ocupação da área entre Ary Taragô e Manoel Elias"

Autores: Lúcia Melchior, Carolina Schrage Nuernberg, Tabita Michel e Alessandra Alves da Silva
Orientadores: Lara Regina Castello, Juan Luis Mascaró e Décio Rigatti

Menção honrosa Ensaio de Projeto

Trabalho: "Reciclagem de uma parcela urbana"

Autores: Constance Manfredini, Greice Portal, Simone Malacarne e Luciana Greff
Orientadores: Edson Krebs, Maria Soares de Almeida, Gilberto Flores Cabral e Ana Paula Sá Alcântara Gomes.

Menção honrosa Ensaio de Projeto

Trabalho: "Urbano I - Tratamento paisagístico setor urbano"

Autores: Cristina Gondim e Nathalia Cantergiane de Oliveira.
Orientadores: Edson Krebs, Maria Cristina Dias Lay, Livia Piccinini e Ana Paula Sá Alcântara Gomes

Menção honrosa Ensaio de Projeto

Trabalho: "Plano de qualificação ambiental de Nova Santa Rita"

Autores: Cátia Ceccarelli, Daniele Caron, Luciana Snel e Mateus Beck
Orientadores: Leandro Marino Vieira Andrade e João Farias Rovatti

Categoria Ensaio Teórico

Trabalho vencedor: "Um pouco de ocupação da terra, equipamentos e economia em Santa Fé"

Autores: Fabiano Mesquita Padão
Orientadores: Leandro Marino Vieira Andrade e Eber Pires Marzulo.

Categoria Ensaio de Projeto

Trabalho vencedor: "Revitalização da pontado Gasômetro"

Autores: Leonardo Arnold Mader, Mateus Mengatto Moretto e Ricardo Dias Michelin
Orientadores: Edson Krebs, Maria Cristina Dias Lay, Livia Piccinini e Ana Paula Sá Alcântara Gomes

SEMINÁRIO

Economia solidária ganha impulso no Estado

A globalização e a reestruturação produtiva vêm tirando o direito ao trabalho e à renda de uma significativa parcela da sociedade. O desemprego, a precarização do trabalho, o aumento da desigualdade social e dos níveis de pobreza absoluta são evidências deste fenômeno de proporções planetárias. O próprio Banco Mundial reconhece que aumentou nos últimos anos. Uma realidade que desafia os governos e movimentos sociais empenhados em intervir no processo econômico de forma alternativa. Na base destas novas experiências de criação de postos de trabalho e geração de renda em caráter permanente estão princípios como solidariedade, democracia direta, auto-organização e autogestão dos trabalhadores.

Conhecer e difundir estas experiências de organização, produção e consumo foi o objetivo do Seminário Internacional Trabalho e Economia Solidária, promovido pela Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, de 21 a 23 de novembro. Durante três dias, representantes de diversos países debateram a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária e a afirmação do direito ao trabalho. Os organizadores do encontro, realizado no Salão de Atos da Ufrgs, classificaram o evento como uma preparação para os debates do Fórum Social Mundial, que acontecerá em Porto Alegre, no final de janeiro.

Entre os convidados, estavam representantes da França – onde a redução da jornada de trabalho resultou na criação de mais de 200 mil novos postos de trabalho –, da Espanha, da Itália e do Uruguai, reunindo um leque de experiências alternativas que afirmam os princípios do direito ao trabalho, da autogestão e da solidariedade. Na abertura do seminário, o secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimmermann, ressaltou que "a internacionalização da economia, a chamada globalização, está promovendo a exportação de empregos dos países empobrecidos para os países ricos". A avaliação é compartilhada pela economista Maria da Conceição Tavares. "Se não nos fortalecermos politicamente, esta situação pode ficar ainda mais grave", afirmou. Para ela, numa conjuntura internacional amplamente favorável ao capitalismo financeiro, todas as formas de resistência devem ser apoiadas e articuladas.

O seminário procurou mostrar, também, as experiências já em andamento no Rio Grande do Sul. Entre eles, o Sistema Público de Emprego, que integra programas como o Primeiro Emprego, a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra, ações que privilegiam setores vulnerabilizados, visando diminuir a exclusão social. O Primeiro Emprego – política pública que visa a inserção de jovens sem experiência profissional no mercado de trabalho – foi implantado em outubro do ano passado e já garantiu trabalho com carteira assinada e todos os

direitos trabalhistas a 4,2 mil jovens entre 16 e 24 anos. Além disso, o programa pretende fortalecer as micro e pequenas empresas, responsáveis pela maioria das contratações. Outra experiência citada é a qualificação profissional, viabilizada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que envolve mais de 135 mil gaúchos de diferentes idades e profissões. Este ano, foram oferecidos 2.566 cursos em diversas áreas. Mais de 10 mil trabalhadores frequentaram aulas com conteúdos como cooperativismo e associativismo, reunindo-se em grupos já constituídos ou que trilham o caminho da autogestão. De acordo com o secretário do Trabalho, "as iniciativas coletivas de geração de renda estão surgindo como alternativas ao emprego formal, muitas delas a partir do encontro dos trabalhadores nos cursos de qualificação".

Durante o seminário, Zimmermann defendeu que são as pequenas e médias empresas as principais responsáveis pela geração de emprego. Por essa razão, acrescentou, o Estado deve desenvolver políticas públicas para apoiar este tipo de empreendimento. Maria da Conceição Tavares destacou a importância dessas políticas, mas ressaltou que são insuficientes para resolver o problema do desemprego e da exclusão social. "Hoje, é o que podemos e devemos fazer, mas para reverter o atual quadro é necessário o fortalecimento político das forças que lutam contra o atual modelo neoliberal de globalização", disse.

Carlos Schmidt – presidente da Adufrgs

Sobre a universidade estadual

Observamos que existe uma defasagem entre a proposta de universidade que está sendo veiculada pelo projecto "Universidade Estadual-RS" e o projeto proposto pela comissão criada pelo governo para este fim.

Infelizmente a proposta da comissão acaba criando um mastodonte que incorre naquele típico problema muito comum no Brasil, que é das atividades meio se sobrepõem às atividades fim, além de produzir custos proibitivos.

Como o debate está lançado vamos manifestar nossa opinião.

O que deveria ser chamado de Universidade Estadual no nosso entender é um conjunto de ações articuladas e planejadas que visa formar pessoal de nível superior, produzir pesquisa e extensão adequados ao desenvolvimento do Estado numa perspectiva de curto, médio e longo prazo.

Não se pode, nem seria correto, o Estado regional cobrir a inadimplência do governo federal com o ensino público superior. A sociedade organizada deve continuar sua pressão para que este cumpra seu dever constitucional.

Por outro lado, a Universidade Estadual, tal como a definimos anteriormente, pode desenvolver formações

mais úteis à nossa realidade, com melhores possibilidade de colocação para os titulares de seus diplomas do que as tradicionais formações que acabam fornecendo profissionais de nível superior, para atividades diferentes daquelas que eles são formados.

A Universidade Estadual pode portanto e, usando seletivamente para objetivos bem definidos, utilizar a capacidade de todas universidades, públicas e comunitárias, institutos de pesquisa e ensino do Estado, para organizar formações, produzir pesquisa e extensão para que se articulem com os objetivos de desenvolvimento "espraiado, integrado e integrador" como diz o governador do Estado.

O Estado do RS tem o melhor índice de desenvolvimento humano do Brasil (PNUD) embora tenha uma renda per capita que seja dois terços da de São Paulo que está na terceira colocação. Seguramente isto se deve entre outras coisas aquilo que Adelman chamou de lotação inicial de ativos entre os quais a educação.

Por que não reforçar esta dimensão?

A Universidade Estadual pode, num programa de médio prazo, permitir que o conjunto de professores da rede estadual que hoje não tem curso superior,

recebam esta formação sem ter que gastar aquilo que não dispõe em cursos privados, de qualidade às vezes duvidosa.

Se queremos qualificar a pequena propriedade tornando-a mais produtiva numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, a universidade pode formar profissionais que tenham um conhecimento mais extensivo em ciências agrárias, mas também de sociologia e gestão para prestar assistência aos pequenos agricultores, além de produzir pesquisas numa direção alternativa desta agricultura praticada com pesados insumos, intensiva em energia e degradadora do meio ambiente.

Obviamente estes exemplos não cobrem todo espectro de possibilidades, mas dão uma idéia de direção para as ações de uma universidade com este perfil. Pode-se criar uma nova agenda de pesquisa e de formação que privilegie a interdisciplinaridade e que atue na direção do desenvolvimento socialmente justo e sustentável do ponto de vista ambiental.

Uma estrutura enxuta e competente de técnicos que vai operacionalizar as ações e um conselho formado a partir da sociedade organizadora e representação da comunidade universitária

existente pode, a partir da capacidade atual das instituições, antes mencionadas, garantir uma direção democrática para a Universidade Estadual a ser criada.

Numa fase intermediária a "Universidade Estadual" poderia prescindir de um estatuto legal enquanto tal, mesmo porque uma estrutura completamente nova exigiria ampla e profunda discussão além de engenharia jurídica complexa. Os cursos podem ir sendo criados, a pesquisa e extensão feitas, numa medida dos recursos do Estado, a sociedade vai se engajando, ajudando a definir o perfil da nova instituição sem que envolva em intermináveis batalhas parlamentares onde muitas vezes o que menos conta são os interesses da população.

Assim como o Orçamento Participativo, foi acontecendo por vontade de militantes e principalmente da própria população, a expectativa da sociedade manifesta aliás no próprio orçamento participativo vai se materializando através de uma construção conjunta do governo e da população organizada, sem criar falsas e infundadas expectativas, mas estruturando aquilo que pode ser mais um instrumento de justiça, autonomia e liberdade.

MOBILIZAÇÃO

Professores comemoram vitória no Judiciário



Fotos Cristina Lima

Torcida: Professores lotaram o auditório do 10º andar do Tribunal Regional do Trabalho para acompanhar a continuidade do julgamento de uma ação rescisória ajuizada pela Ufrgs e protestar contra o projeto de Emprego Público elaborado pelo Ministério da Educação



Cerca de 2,4 mil professores da Ufrgs venceram uma importante batalha judicial que terminou (ao menos por enquanto) segunda-feira, dia 20, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A Ufrgs perdeu a ação que pretendia anular um ganho histórico da categoria: os valores correspondentes à Unidade Referencial de Preços (URP) de fevereiro 1989 (cerca de ¼ de seus salários). Os juízes aceitaram a tese defendida pela assessoria jurídica da Adufrgs, de que era obrigatório o chamamento de todos os professores beneficiados na ação e não a Andes, já que a entidade não poderia sofrer as consequências do julgamento. A universidade, porém, perdeu o prazo "e os juízes, acolhendo a nossa tese, extinguíram o processo", explica Francis Bordas, assessor jurídico da Adufrgs.

Conforme o advogado, a universidade tinha prazo até fevereiro de 1996 para listar todos os professores no processo, mas só o fez sete meses depois. Os beneficiados são os antigos professores celetistas, que entraram na universidade antes do Regime Jurídico Único. Eles mantêm a URP no salário até novo julgamento, que deverá ocorrer no Tribunal Superior do Trabalho (TST), dentro de um e dois anos.

Como a Universidade deve recorrer da decisão, levando-a para Brasília, é necessário que os professores se mantenham mobilizados para continuar recebendo seus direitos. Bordas recomenda cautela. "Essa vitória é motivo de alegria, mas temos que ter cuidado", avisa, lembrando que os professores não têm nenhum interesse em apressar o julgamento. "Quanto mais demorar, melhor. A pressa agora é da universidade, não é nossa."

No caso do TST vir a rescindir o direito, a grande dúvida é se os professores terão ou não de devolver os valores já recebidos. Considerando decisões anteriores do Judiciário, o advogado tranquiliza: "Particularmente, acho difícil que os valores recebidos tenham que ser devolvidos. Isso dependeria de uma outra ação, mas como o benefício tem natureza alimentar, quer dizer, as pessoas vivem disso, se alimentam disso, não tem como exigir a devolução de um dinheiro

que já foi consumido."

Foi ainda na década de 80 que a Andes entrou com uma ação em nome dos professores celetistas da universidade, pedindo o reajuste referente à URP de fevereiro de 1989. O processo foi ganho na década de 90 e, desde então, os valores se incorporaram aos salários. Em 1995, a universidade entrou com uma ação rescisória contra a entidade, pedindo a anulação da sentença. Para retardar o processo, a Andes alegou que a ação deveria ser movida contra cada professor beneficiado, tese aceita pelo Judiciário. A universidade, finalmente, reconheceu que deveria chamar todos os professores. Quando o fez, já era tarde.

A importância da participação

O presidente da Associação dos Docentes da Ufrgs (Adufrgs), Carlos Schmidt, avalia que a vitória se deve tanto ao trabalho da consultoria jurídica quanto à participação massiva dos professores no acompanhamento da ação. "Isso é fundamental. Mostra que é só com luta que se consegue chegar a um resultado satisfatório. Mesmo que a gente perca, vale a pena lutar", diz ele. Schmidt alerta, porém, para a necessidade de manter a mobilização, participando de todas as atividades organizadas pelo sindicato. "Daqui a dois anos, muita coisa pode mudar, o país pode mudar, a sensibilidade jurídica pode mudar e pode-se ter um desfecho desfavorável no julgamento final", adverte.

URP: Professores comemoraram vitória nas escadarias do Tribunal

Mais da metade dos docentes paralisou

A quebra do Regime Jurídico Único e a cassação de direitos consagrados são algumas das manobras do governo federal para impor seu projeto de Estado mínimo. Denunciar as arbitrariedades e defender a Educação Pública são eixos da mobilizando que os professores do Ensino realizam em todo o País. No dia 20, mais da metade dos docentes da Ufrgs aderiram a uma paralisação nacional contra a proposta de Emprego Público. Ainda que parcial, a mobilização foi considerada "expressiva" pelo presidente da Adufrgs, Carlos, Schmidt.

Na opinião dele, a reação dos professores mostra o descontentamento da categoria, que luta não só por interesses meramente corporativos, mas pela defesa do Ensino Público. "Essa luta também é institucional, pois precarizar a relação de trabalho afeta a universidade e a liberdade acadêmica", afirma o presidente. Em sua avaliação, mesmo não havendo tempo suficiente para preparar algum ato, os professores responderam positivamente. A paralisação dos docentes teve três eixos. Entre outras coisas, exigem o restabelecimento da paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas, e isonomia salarial entre os docentes da carreira de 1º e 2º graus e os da carreira de 3º grau. Outra reivindicação é a correção salarial, conforme manda a Constituição Federal.



EMPREGO PÚBLICO

Projeto do MEC “privatiza” relações de trabalho nas IFES

As sucessivas versões do "Projeto de Lei do Emprego Público" formulado pelo MEC, elege o regime trabalhista para as relações de trabalho nas IFES, além de dispor sobre as carreiras de docentes e dos técnico-administrativos. Ele vem implementar a Reforma Administrativa, iniciada pela Emenda nº 19, que quebrou a unicidade do regime jurídico dos servidores públicos. Veio a seguir a Lei nº 9.962/00, dispondo que o pessoal admitido para emprego público na esfera da União terá sua relação de trabalho regida pela CLT, "naquilo que a lei não dispuser em contrário". Mas as áreas de incidência desse regime de emprego público ainda estão em disputa, eis que o projeto do governo que as define ainda tramita no Congresso. Assim, o projeto do MEC vem antecipar a inclusão das IFES no rol dos serviços públicos em que as relações de trabalho serão de direito privado.

A redução das garantias funcionais

O projeto do MEC vem sendo criticado de forma conseqüente pelas entidades dos servidores em razão da redução das garantias funcionais que veicula. A lei nº 9.962/2000 fixa as hipóteses de extinção do contrato de trabalho que se aplicariam aos servidores das IFES, caso ele fosse aprovado: no plano individual, a insuficiência de desempenho, que seria apurada em processo sem explicitação do direito à ampla defesa e a falta grave, nos casos elencados no artigo 482 da CLT, sem prever procedimento prévio de apuração; no plano coletivo a "necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas", com remissão ao artigo 169 da Constituição, pelo qual as demissões massivas serão precedidas apenas da redução de 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, precedendo todos os demais cortes de despesa. O além de serem atingidos antes, nas hipóteses de demissões massivas escalonadas, por serem não estáveis, os servidores celetistas terão, ao longo de sua vida profissional, a certeza de uma "tragédia anunciada", com a aposentadoria pela Previdência Geral (INSS), que implica no Brasil em sucateamento das condições de vida, com redução compulsória ao patamar de pobreza absoluta.

A comunidade universitária vivenciou o regime celetista, adotado em escala massiva pelos governos militares, sem garantia no emprego, a partir da década de 70, tendo gravada na "memória emocional" um "final feliz", pois, com o advento da Constituição de 88, os servidores públicos conquistaram o direito a um regime único, mais a aposentadoria integral independente do regime eleito. Além disto, no período em que prevaleceu o regime celetista, tiveram igualdade de tratamento com os estatutários e não se registraram demissões massivas; ao contrário, ocorreu o aumento constante dos quadros, com a ampliação significativa da rede de universidades públicas até o início da década de 80. Mas a estabilização vivenciada na prática, sem respaldo normativo, foi uma decorrência da estratégia desenvolvimentista, fundada na substituição acelerada das importações, tendo o Estado como seu principal protagonista, adotada pelos governos militares. O projeto exigia a transformação do aparato administrativo público em instrumento eficaz para o desenvolvimento planejado, implementado a partir do Estado, que assumiu a formação de técnicos em escala ampliada diretamente e também estimulando a iniciativa privada no ensino superior.

A adoção do regime privatista, então, visava à flexibilização e controle ideológico do ingresso no serviço público, além de facilitar o esforço de racionalização do aparelho do Estado, concebida autoritariamente, já que fundada nos princípios da centralização das decisões e da liberdade de gestão, tendo já como paradigma a empresa privada.

A fase intervencionista de promoção do desenvolvimento

a partir do Estado, que geria a economia detendo o controle do mercado em seu território – que o Brasil experimentou de forma acentuada até a década de oitenta – corresponde ao período do capitalismo organizado (Offe, Boaventura, ...). Com a migração do País para uma economia aberta, a partir do governo Collor, o Estado perde a centralidade e ingressamos na época da redução do aparelho do Estado... O seu protagonismo exuberante da fase anterior se converte em depressão; de centro determinante da economia, planejador e propulsor do desenvolvimento, ele passa a ser determinado pela economia, sendo reduzido, no discurso dominante, à condição de responsável pela crise do País, por excessivamente pesado. Nesta nova era, que corresponde ao período do capitalismo desorganizado, a estratégia é a da contração do Estado, com o desmonte do serviço público e a premissa da adoção do regime celetista é a flexibilização no curso da relação de trabalho e na saída, acrescida da "descarga" do ônus das aposentadorias, para redução do seu peso.

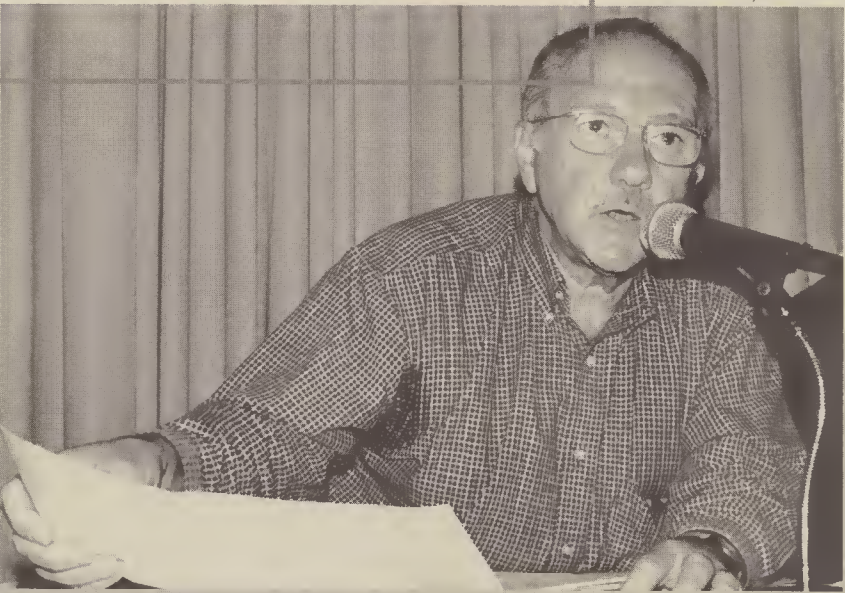
Atrativos do projeto - Aumento do Poder de Gestão

O projeto do MEC não é desprovido de atrativos. Para os integrantes do magistério superior é notório que a carreira docente veiculada é mais ampla e viabiliza concretamente o acesso ao seu topo, representando um avanço em relação à carreira atual, que seria aparentemente mantida para os atuais professores regidos pelo RJU. Em contrapartida, o *design* do novo quadro – com a abertura para a admissão de Conferencistas e Auxiliares de Ensino – evidencia a ênfase no suprimento das necessidades do ensino sobre a pesquisa que, ademais, é despotencializada com o fim do regime de dedicação exclusiva. E a instituição destas categorias com admissão sem concurso – os primeiros por tempo indeterminado e os últimos temporários – viria radicalizar a precarização das relações de trabalho, provocando, a médio prazo, a desprofissionalização massiva das atividades docentes.

É notório que para os dirigentes das IFES – sob o signo de orçamentos insuficientes, onerados pelas aposentadorias crescentes, com reposição de quadros sujeitos a entraves institucionais e sem nenhuma autonomia na gestão do seu pessoal – o projeto se revela muito interessante. Alguns deles, admitindo o prejuízo potencial para a instituição-universidade – diante da visível redução do atrativo maior da vida acadêmica pela privatização/precarização da relação de trabalho – curvam-se ante a força imperativa da sua implementação e, fundados mais uma vez e sempre no realismo que tem caracterizado os dirigentes eleitos pela comunidades, buscam pequenos aperfeiçoamentos. Ademais, consideram positivo o efeito subjacente de ampliação do seu poder de gestão, tangidos por uma espécie de imperativo da governabilidade.

Efetivamente, o projeto governamental, com a celetização obrigatória da relação de trabalho, converte a peso das aposentadorias futuras numa "carga jogável ao mar". Ao mesmo tempo, põe ao seu alcance soluções emergenciais, autorizando-lhes a contratar, sem concurso, à margem da carreira, Auxiliares de Ensino e Professores Conferencistas. Além disto, confere formalmente às IFES a prerrogativa de implantação e administração dos empregos relativos às vagas estabelecidas pelo MEC e – restringindo a isonomia salarial no sistema de instituições federais de ensino aos salários básicos – abre a possibilidade para cada Universidade promover a criação de vantagens particulares para os seus docentes, favorecendo a tendência de ampliação das formas de assalariamento pelo sistema de mérito, que é importado do mundo privado. Tais formas remuneratórias, registre-se, tendem a expandir-se vinculadas ao crescimento de atividades de extensão voltadas para a busca de receitas próprias,

de lei como pessoa jurídica para ensinar a sua vida de relação – irá desenvolver suas atividades. A União Federal recebeu da Constituição competência para legislar sobre o ensino e sobre relações de trabalho (art.22), devendo, ainda, manter o sistema federal de ensino superior (art. 211, § 1º), que deve regulamentar. No exercício destas competências, deve assegurar a autonomia da Universidade, que vale como limite às suas deliberações e, ao mesmo tempo, ter como parâmetro o seu fundamento – a liberdade acadêmica, ou liberdade de cátedra ou liberdade de ciência – que só pode concretizar-se com a garantia da autonomia individual dos seus membros. O postulado da autonomia individual está positivado de forma ampla na Constituição como princípio da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (art. 206, II).



Precarização: a médio prazo, a admissão sem concurso vai provocar a desprofissionalização massiva das atividades docentes

através de prestação de serviços remunerados ao mercado, especialmente às grandes empresas, movimento notoriamente indutor da redução das energias da instituição no desenvolvimento da ciência pura.

O propósito de fortalecer o poder de gestão dos dirigentes das IFES com relação aos seus "recursos humanos", se torna mais eloqüente com a enunciação dos deveres dos servidores, que inicia pela exigência de zelo e dedicação, economia de material de consumo, prossegue com a exigência de presteza e lealdade, chegando até a imposição formal do dever de cumprir ordens e a proibição expressa de "promover manifestações de apreço ou de desapeço no recinto da repartição". Os fragmentos do discurso da ordem agregados no anteprojeto desenharam para os dirigentes universitários um poder disciplinar coerente com o paradigma do empresário privado, adotado pela Reforma. O MEC vem, assim, dar conecção ao ideal fundante da Reforma Administrativa, de conduzir a Administração Pública para uma nova etapa – a fase gerencial – que viria superar o modelo legal ou burocrático. Modelo este que havia sido recentemente reformado pela Constituição de 88, depois de ter sido pervertido durante o regime militar.

A circunstância de serem os dirigentes universitários eleitos pelas comunidades não constitui garantia de que o poder a eles conferido não será utilizado sobre os membros da comunidade, em face do poder coercitivo que detêm as autoridades ministeriais. Poder que transforma as Instituições em autarquias de fachada, segundo Celso Antônio. É dizer, reduz os entes autônomos que a Constituição instituiu à condição de meros entes instrumentais, submetidos a uma vontade heterônoma.

A autonomia da universidade e sua limitação nas relações de trabalho

A constitucionalização da autonomia da universidade – generalizada a partir dos países europeus no segundo pós-guerra – visa operar a sua separação orgânica e independência funcional do Estado-Administração. E cumprindo ela relevantes funções públicas determinadas pela Constituição – o ensino, pesquisa e extensão o ensino, pesquisa e extensão – continua sendo uma instituição pública, mesmo situada a margem de poder político e administrativo. A nossa Constituição atual estabeleceu que a autonomia será, além de didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Esta autonomia, que implica nos poderes de auto-organização e auto-governo, se realiza no contexto do ordenamento jurídico que emana dos Poderes Constituídos, no exercício da função legislativa. Vale dizer, estes poderes, atuando enquanto Estado-Legislator, estabelecem o marco institucional no qual a Universidade – estruturada através

profissionalmente e são livres para o exercício da razão crítica, que é condição para o avanço do saber. A universidade deve conformar-se – neste ambiente de liberdade – como um locus privilegiado para a formulação dos interesses públicos.

As garantias da autonomia individual instituintes da razão crítica

Conforme Garcia de Enterría, uma sociedade civilizada se diferencia de uma sociedade arcaica pela consciência crítica, que se expressa no questionamento constante de seus pressupostos, o que as capacita para "afrontar o tempo histórico com novas perspectivas e com novas respostas". Mas para ele a universidade cumprirá esta função da consciência crítica da sociedade se tiver um respaldo institucional concreto que faça possível a liberdade de ensino e pesquisa; vale dizer, se as "estruturas universitárias", que são "irredutíveis a um modelo determinado", tornarem possível "que o que se faça em seu seio seja ciência precisamente e que o que se ensine se faça com espírito crítico, com o permanente questionamento do recebido".

Daí conclui o professor espanhol que o "conteúdo essencial" da autonomia significa "liberdade dos docentes para por em questão a ciência recebida, para investigar novas fronteiras do cognoscível, para transmitir versões próprias da ciência não-reprodutíveis de versões estabelecidas. A autonomia universitária é, pois, em primeiro lugar, liberdade de ciência e incorporação dessa liberdade no processo formativo".

Ora, esta razão crítica, em que se investem todos e cada um dos membros da comunidade universitária, conformando o ente universidade como locus da consciência crítica da sociedade necessita ser garantida não apenas na sua dimensão institucional – através da autonomia do ente moral – mas há de ser também tutelada na sua dimensão individual.

É a partir dessa compreensão, explicitada pelo professor espanhol, que se generalizou no segundo pós-guerra nas democracias consolidadas do continente europeu a idéia de que as relações de trabalho nas universidades públicas devem ser regidas pelo direito público, vale dizer, pelo regime estatutário.

O poder de autogoverno, que conforma a autonomia do ente frente ao Estado-Administração, realizando-se pelo processo democrático, através de eleições majoritárias, está fundado no princípio da autonomia coletiva. Na prática, o governo da Instituição é entregue à representação das maiorias, apuradas no caso do Brasil por um sistema ponderado contemplando com pesos diferentes os três segmentos da comunidade universitária.. Em que pese o nível de civilidade que é próprio desta comunidade, as maiorias que governam podem oprimir as minorias ou cercar a liberdade dos indivíduos que a integram. Nestas condições, a tutela eficaz das minorias e a garantia da razão crítica dos membros da comunidade frente às maiorias que governam a Instituição, exigem que as relações de trabalho sejam regidas pela lei (estatuto), e não pelo contrato. Cabe ao direito, assim, não só arquitetar a forma de realização da autonomia coletiva (instituinte um processo democrático de eleição dos dirigentes), como também, e simultaneamente, estabelecer o estatuto que irá assegurar a autonomia individual de todos os seus membros na Instituição, frente aos dirigentes.

O regime de direito público, e não o regime de direito privado, é o adequado para assegurar o exercício da razão crítica, já que é o regime capaz de tutelar os indivíduos e as minorias frente à vocação tirânica das maiorias. E isto é mais verdadeiro quando a vontade dos dirigentes da Instituição – que formalmente representam a vontade das maiorias – são na prática submetidos coercitivamente a uma vontade heterônoma, emanada das autoridades governamentais.

A imperatividade do regime estatutário

A necessidade do regime estatutário para os servidores públicos em geral foi defendida como condição inafastável para a conformação do espírito de serviço público e da moral profissional, por Alan Supiot. O juslaborista francês, num colóquio sobre o serviço público de seu país, realizado na segunda metade da década de 80, faz uma profunda reflexão sobre a relação de trabalho com o Estado, em que constrói de forma original o conteúdo de duas categorias que se tornam inafastáveis para uma abordagem sociológica do servidor público no Estado moderno: o espírito de serviço público e a

moral profissional. Ele analisa o significado de um período conturbado por uma sucessão de greves verificadas no setor público da França nos anos de 1985 a 1987, que descreve como uma série de situações conflituosas encadeadas, em que se teria produzido a desestabilização do espírito do serviço público e o abalo da moral profissional do servidor público. Esta crise – convém lembrar – se verifica no Estado europeu reconhecido como referência positiva para os demais países, face o nível de eficiência e a tradição de qualidade dos serviços públicos oferecidos à cidadania.

A elaboração do conceito de espírito de serviço público parte da comparação da relação jurídica estabelecida pelo trabalhador do Estado com a entidade pública a que serve – que lá é de natureza estatutária, vale dizer, regida pela lei – com aquela que estabelece o tomador de seu serviço com o trabalhador do setor privado, a qual é regulada pelo mercado e regida pelo contrato. Ele observa que no setor privado o trabalho é vendido como mercadoria, estabelecendo-se uma relação de troca com duração aleatória, em que o salário aparece como medida de valor do trabalho no mercado, e se conforma uma relação de subordinação direta e exclusiva ao tomador do serviço. "O assalariado", diz Supiot, "abdica de sua vontade própria para se tornar instrumento da vontade de seu empregador e não se espera dele outra consciência profissional além da consciência de tal obediência." Na relação de trabalho com o Estado – diversamente – "o funcionário não se subordina a uma determinada pessoa e, sim, a uma organização e aos valores por ela encarnados". O seu chefe está, como ele, a serviço do público, de tal forma que "os valores comuns a ambos transcendem a relação de poder entre eles". Da dupla relação, com a hierarquia e com o usuário, resulta a "idéia de dignidade profissional, que exclui o servilismo tanto quanto proíbe a arbitrariedade". Constitui-se assim uma autonomia de julgamento que configura uma determinada moral profissional e distancia o servidor público do trabalhador do setor privado. Autonomia que "encontra sua expressão jurídica e sua garantia na estabilidade e sua expressão sociológica na vocação dos sindicatos de servidores públicos para expressar o interesse público, tanto quanto os interesses categoriais". (grifos nossos)

Na relação com o dinheiro também se extremam os dois tipos de relação. Enquanto o salário, no setor privado, exprime o valor de mercado e reflete uma operação de simples troca de valores, a remuneração do servidor é uma "contrapartida do seu compromisso com o serviço prestado ao público e deve corresponder à quantidade de dinheiro necessária e suficiente para assegurar a sua dignidade e a sua integridade".

Na relação com o tempo mais uma vez se distanciam as duas relações. Enquanto a duração do contrato no setor privado é aleatória, a relação de trabalho público é marcada pela continuidade e pelo desprendimento das possibilidades de ganhos maiores, habitualmente oferecidos pelo mercado.

No caso do Brasil uma diferença ainda mais relevante entre os dois regimes reside na aposentadoria. Enquanto o servidor estatutário tem a perspectiva de uma aposentadoria digna, o servidor celetista, investido em emprego público, viverá ao longo de sua vida profissional o tormento do sucateamento que lhe aguarda ao final da sua vida, com a aposentadoria previdenciária.

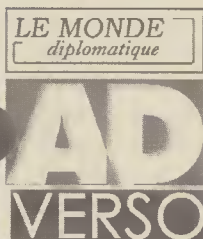
Estas características, conformadoras do espírito de serviço público-dignidade na relação com o poder, serenidade na relação com o dinheiro e continuidade na relação com o tempo – é que, no entendimento de Supiot, proporcionaram na França o surgimento de uma identidade e uma moral profissional capazes de garantir a integridade e a eficiência dos serviços públicos.

Se isto vale para os serviços públicos em geral, com maior intensidade valerá para os membros da comunidade universitária, que se dedicam ao ensino e à pesquisa, necessitando total liberdade para o exercício do seu labor crítico, o qual exige que, com frequência, se voltem para a pesquisa e o acúmulo de conhecimentos sem valorização imediata no mercado. É notório, então, que a tutela da autonomia individual desses membros, imperativo para a concretização da liberdade acadêmica, conformando a universidade como locus da consciência crítica da sociedade, requer a manutenção do regime jurídico de direito público (estatutário) nas relações de trabalho estabelecidas pelas universidades públicas.

LE MONDE DIPLOMATIQUE

Longe de olhares do público, a Comissão de Indenizações da ONU decide, em Genebra, as sanções que vai impor a esse país onde crianças morrem por falta de cuidados médicos e os hospitais não têm material. O objetivo parece ser dismantlar uma das mais antigas civilizações do mundo

"O Iraque pagará!"



Alain Gresh*

Pela primeira vez, em 15 de junho de 2000, foi rompido o consenso. O clima afável das reuniões de rotina do Conselho de Administração subitamente tornou-se tenso. Genebra, no entanto, não é muito propícia à gritaria. Prefere-se o silêncio protetor, as discussões aveludadas, a ausência de publicidade. É verdade que as somas em jogo impressionam: mais de 15,9 bilhões de dólares – duas vezes o Produto Interno Bruto da Jordânia. Não se trata de fusão bancária, ou de dinheiro sujo reciclado, nem de leilão público de compra. Os participantes não são financistas, muito menos banqueiros: são diplomatas de alto escalão dos 15 países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Deviam se pronunciar sobre um dos pedidos de indenização feitos pela Kuwait Petroleum Corporation contra Bagdá. Os diplomatas franceses e russos expõem suas reservas. Como aceitar que uma tal fortuna seja sugada dos recursos de um país, o Iraque, do qual todos os relatórios são unânimes em confirmar que afunda na miséria? A sessão foi adiada para 30 de junho. Nova reunião, novo impasse, novo adiamento para 28 de setembro de 2000.

Longe de olhares indiscretos

Com seus escritórios espalhados pela Genebra internacional, a United Nations Compensation Commission (UNCC) – Comissão de Indenizações da ONU –, desconhecida do público, prossegue em seu trabalho há quase dez anos. Longe de olhares indiscretos, essa instância oculta constitui, no entanto, uma das principais engrenagens na estratégia de aniquilação do Iraque. Com frequência se evocam sanções contra esse país, onde crianças morrem por falta de cuidados médicos, os hospitais não têm material – enfim, o dismantelamento de uma das mais antigas civilizações do mundo.

Umas poucas linhas de alguma agência de notícias, raramente reproduzidos, relembram os bombardeios diários conduzidos pela aviação anglo-norte-americana contra o Iraque. Mas nem um jornalista sequer visita os corredores da Comissão de Indenizações. Não se desenvolve qualquer debate público sobre sua legalidade, contestável, ou sobre suas práticas, duvidosas. No entanto, os cofres desta instituição se apropriaram, desde dezembro de 1996, de um terço da receita com exportações de Bagdá: 11 bilhões de dólares...

Em abril de 1991, logo após vitória dos aliados na Guerra do Golfo, o Conselho de Segurança confirmava que o Iraque "é responsável, perante o direito internacional, por todas as perdas, por todos os danos (...), bem como por todos os prejuízos sofridos por outros Estados, e por pessoas físicas e por empresas estrangeiras, diretamente imputáveis à invasão e à ocupação ilícita do Kuwait pelo Iraque". Encarregada de recolher os pedidos de indenização, a UNCC foi criada pela Resolução 692 de 20 de maio de 1991 do Conselho de Segurança. Seu conselho administrativo se compõe de representantes dos 15 membros do Conselho de Segurança. E decide o montante das indenizações a serem pagas a cada reclamante, com base num relatório apresentado por um grupo de três comissários – peritos escolhidos pelo secretariado executivo, órgão a princípio

administrativo, mas que é o verdadeiro centro do poder. Nas mãos dos representantes dos Estados Unidos desde sua criação, o secretariado "orientou" – desorientou seria um termo mais preciso – todas as decisões da Comissão.

O procedimento adotado pelo Conselho de Segurança não tem precedentes, pelo menos desde o Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial e... lançou as bases da Segunda. O artigo 231 desse texto fazia da Alemanha a única responsável pela guerra e a obrigava a pagar infinitas compensações. A palavra de ordem – "A Alemanha pagará!" – terminaria com a tomada do poder por Adolf Hitler. Atualmente, o slogan dos Estados Unidos, que se recusou a ratificar o Tratado de Versalhes, é "O Iraque pagará!". Quais serão as consequências?

Uma "defesa" cerceada

Ex-professor de direito público internacional, advogado do escritório Lalive & Partners,¹ Michael E. Schneider denuncia a principal aberração do processo: o Iraque não é reconhecido como "uma das partes do processo" (*defendant party*). Dispensa-se a concordância do principal interessado. O Iraque, e somente o Iraque, deve pagar por cada centavo do processo, pelos eventuais lucros dos comissários e de seus peritos, embora o país nem tenha acesso ao trabalho desses mesmos peritos". Bagdá deve pagar pelos danos originados por sua invasão assassina do Kuwait. Mas até um criminoso tem direito a uma defesa e a advogados; e não se exige dele que pague o processo, os juizes e o "inquérito". A cada ano, são sugados 50 milhões de dólares das exportações iraquianas para subvencionar a Comissão, assim como os mínimos deslocamentos de seus peritos – em primeira classe – e os substanciais honorários dos comissários... Pela primeira vez na história do direito internacional, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um Estado não tem direito a dar sua versão num processo que lhe diz respeito.

Mohamed El Duri, embaixador iraquiano junto às Nações Unidas em Genebra, ex-professor de direito internacional, trabalha "sob restrições". O Iraque perdeu seu direito a voto nas Nações Unidas por não ter pago suas cotas,² embora o maior devedor da organização, os Estados Unidos (dívida de mais de um bilhão de dólares), nunca tenha sofrido sanção semelhante. As comunicações do embaixador iraquiano com seu governo são difíceis: um emissário leva pelo menos quatro dias para ir de Genebra a Bagdá e voltar. Falta-lhe até o mínimo material – a companhia Xerox recusou-se a vender-lhe máquinas copiadoras, certamente por medo de que fossem transformadas em armas químicas...

El Duri dá uma explicação longa e minuciosa. Os processos 4003197 e 4004439 – apresentados pela Kuwait Petroleum Corporation (e acima citados) reivindicando uma quantia de 21,6 bilhões de dólares – são exemplares. Referem-se à suspensão da produção e venda de petróleo kuaitiano durante a ocupação iraquiana, bem como às perdas principalmente devido a incêndios. As exigências kuaitianas, várias dezenas de milhares de páginas, foram apresentados aos três comissários encarregados do processo nos dias 20 e 24 de junho de 1994. Bagdá só soube de seu conteúdo através de um resumo feito pelo secretariado executivo... no dia 2 de fevereiro de 1999 – cinco anos depois! E teve até 19 de setembro para apresentar suas observações.

Ora, como explicou a delegação iraquiana ao Conse-



lho de Administração em 13 de junho de 2000, "(essas duas reivindicações) envolvem muitos aspectos legais, científicos, técnicos e contábeis... Vocês podem imaginar o tempo necessário para transmitir esse volume de documentos, verificá-los, estudá-los, traduzi-los para o árabe e depois novamente para o inglês e preparar, em seguida, uma resposta".

Processos já chegam "amarrados"

A Comissão não autorizou o governo iraquiano a fazer retiradas sobre o dinheiro de suas exportações – seu próprio dinheiro! – para garantir o pagamento a grandes escritórios de advocacia. "Todavia, enviamos nossas observações", prossegue o embaixador, "às quais o Kuwait respondeu, mas... não conhecemos o conteúdo dessa réplica. Após muita tergiversação, conseguimos o direito de apresentar nossas observações no dia 14 de dezembro de 1999 – em uma hora, no máximo! –, aos comissários." Estes finalmente deliberaram sobre o pagamento de 15 bilhões aos reclamantes, ressaltando junto ao Conselho Administrativo as reservas francesa e russa. Pela primeira vez foi rompido o consenso. "O Iraque é responsável," conclui o embaixador, "mas isso não autoriza à violação do direito internacional."

"Como seria possível considerar processos sem opiniões contraditórios", interroga-se Michael Schneider, "se não se dá a cada uma das partes a possibilidade de apresentar o seu ponto de vista? Diante de processos 'amarrados', como reagir? O Kuwait fez uma licitação internacional para preparar seus autos e se defender. Para destrinchar o processo, seria necessário um trabalho minucioso, que a Comissão não tem tempo de fazer. Não só foi negado ao Iraque o dinheiro para se defender, como ainda os serviços de todos os grandes escritórios de advocacia – já contratados, seja pelos reclamantes, seja pela UNCC." Vários desses escritórios, por sinal, a exemplo de Price Waterhouse, foram contratados após terem trabalhado para as autoridades kuaitianas, o que, para dizer o mínimo, coloca uma questão de "conflitos de interesses".

As manipulações políticas

Em 1991, o secretário-geral das Nações Unidas recomendara que o Iraque fosse “informado de todas as reivindicações (*claims*) e que dispusesse do direito de apresentar seus comentários aos comissários”. O Conselho de Segurança não seguiu essa recomendação e



simplesmente aceitou que Bagdá tivesse “o direito de receber um resumo dos relatórios elaborados pelo secretariado executivo e de comentá-los”. Um procedimento mais próprio da Inquisição do que das práticas jurídicas modernas – o que reconhece Norbert Wuhler, chefe do departamento legal da UNCC, que fala de um “procedimento inquisitorial”. Como declarava o primeiro secretário executivo da UNCC, Carlos Alzamora, todos as salvaguardas legais “que atravancam os processos judiciais” foram eliminadas.

A UNCC justifica suas práticas pela necessidade de reembolsar rapidamente as centenas de milhares de “pequenos” gravemente lesados pela invasão do Kuwait: dos 2,6 milhões pedidos de indenização, a quase totalidade provém de particulares. Mas a soma que reivindicam alcança somente 20 bilhões dos 320 bilhões em indenizações exigidos ao Iraque. Os 15 bilhões de dólares oferecidos à Kuwait Petroleum Corporation, por exemplo, equivalem ao montante total das compensações que serão concedidas a 2,6 milhões de particulares – e representam também o dobro do valor recebido pelo governo central iraquiano, entre dezembro de 1996 e julho de 2000, para alimentar e cuidar de 15 milhões de pessoas. Ao instituir, para as reivindicações individuais, processos acelerados, principalmente baseados em modelos estatísticos – seria efetivamente impossível examinar os pedidos um a um –, a Comissão sem dúvida permitiu que os particulares fossem indenizados. Mas pagando o preço de manipulações políticas...

Dois pesos, duas medidas

As reivindicações que constam da categoria C reúnem 1.659.840 pedidos individuais de indenizações de menos do que 100 mil dólares – destruição de bens, angústia (*mental pain anguish*), obrigação de se esconder etc. Em setembro de 2000, os últimos reclamantes viram seus casos julgados. O fato de somente 632.004 pedidos terem sido atendidos não deve iludir sobre o caráter sério do trabalho. Na verdade, essa categoria compreendia uma reivindicação coletiva de um grupo de 1,240 milhão trabalhadores egípcios. Subtraída es-

ta, restam, na realidade, 420 mil reivindicações C, das quais 408.187 foram atendidas, ou seja, mais de 97%.

No entanto, nem todos os reclamantes receberam o mesmo tratamento. Perto de 100% das 160 mil reivindicações kuaitianas foram atendidas, algumas recebendo mesmo 110% das somas exigidas. Por outro lado, os 40 mil jordanianos (na maioria palestinos) não foram reembolsados senão em 40%...

Um apelo a “transgredir a lei”

Desde o começo, o procedimento C foi “orientado”. Homem-chave da UNCC, Michael F. Raboin é secretário executivo adjunto, responsável pela divisão de avaliação das reivindicações (supervisiona, portanto, todos os pedidos de indenização) e cidadão norte-americano. Foi ele quem estruturou o secretariado, em 1991. Levou consigo Norbert Wuhler, com quem havia trabalhado no *Iran-United States Claims Tribunal*, criado no início da década de 80 e que continua operando em Haia para resolver as disputas entre os dois países. “Nós somos imparciais”, dizem eles, garantindo que “as comissões levaram em consideração as posições do Iraque. Tanto assim que tivemos que analisar várias centenas de milhares de pedidos num prazo curto. Muitos reclamantes nos acusam mesmo de sermos demasiadamente favoráveis ao Iraque.”

“Imparciais”? Em abril de 1995, Erik Wilbers, chefe da unidade de indenizações C, disse a seus colaboradores: “Este trabalho abstrato que fazemos neste edifício com ar condicionado na Suíça nos leva facilmente a esquecer o porquê de estarmos aqui: ajudar os reclamantes.” E, evocando as torturas sofridas pelos kuaitianos, acrescentou: “É útil lembrarmos o luxo em que estamos. Somos todos mais ou menos culpados e o importante é que vocês se lembrem disso quando tiverem a impressão de estarem indo ‘um pouco longe demais’...” “Um pouco longe demais”? Um apelo mal disfarçado a “transgredir a legalidade”...

(...) A falta da primeira via dos documentos fornecidos pelos reclamantes facilitam essas manobras. Os kuaitianos, por exemplo, preencheram 160 mil pedidos individuais de indenização, alguns em nome de bebês de colo... Em inúmeros casos, processos diferentes traziam os mesmos números de telefone e diziam respeito às mesmas perdas. Diversos documentos apontam essas “duplicidades”: a representante chinesa na comissão chegou a protestar várias vezes, um auditor criticou a metodologia, mas ficou por isso mesmo...

(...) Os maiores processos de indenização estão em vias de ser examinados: em 16 de junho de 2000, faltavam avaliar 267 bilhões de dólares em reivindicações. É claro que muitas delas, fantasiosas, foram ou serão recusadas – alguns países chegaram a exigir dinheiro para cobrir os custos de mobilização de suas tropas. Mas é preciso salientar que os aliados dos Estados Unidos (Kuait, Arábia Saudita e Israel) se beneficiam de um tratamento favorável, especialmente sob o pretexto de terem sido atingidos por mísseis Scud. Floristas, quitandeiros, diversos cinemas e hotéis israelenses receberam milhões de dólares para compensar a queda de suas atividades durante a crise... Seria imaginável para alguém que a Grã-Bretanha exigisse compensações à Alemanha pela diminuição da frequência nos cinemas entre 1939 e 1945?

A estratégia de aniquilação

A comissão recebeu pedidos de indenização no valor de 320 bilhões de dólares, dos quais 180 bilhões apenas para o Kuwait – o equivalente a nove vezes o Produto Interno Bruto do país em 1989, o que não parece impressionar ninguém. (...)

É legal exigir que um país pague independentemente de suas capacidades, sem fixar um teto? O artigo 14 do tratado de paz entre os Estados Unidos e o Japão, de

1951, afirmava: “O Japão deveria pagar compensações às potências aliadas pelos danos e sofrimentos causados durante a guerra. No entanto, reconhecemos que os recursos do Japão não são suficientes para o país manter uma economia viável, pagar integralmente as compensações (...) e, ao mesmo tempo, cumprir suas outras obrigações.”

Salvaguarda da população

É bom lembrar que o então chefe de Estado, imperador Hiroito, um criminoso de guerra, seria passível (como o presidente Saddam Hussein) de julgamento pelo Tribunal Penal Internacional... se este existisse. Além do que a Resolução 687 reconhecia que se deveria levar em conta, para o pagamento de indenizações, “as necessidades do povo iraquiano, a capacidade de pagamento do Iraque.” Mas desde quando as Nações Unidas respeitam seus próprios textos?

Há muitos anos, a Comissão de Direito Internacional, organizada pelas Nações Unidas, trabalha sobre o tema da responsabilidade dos Estados. E prepara uma convenção que já é objeto de amplo consenso. No artigo 42, o texto já elaborado determina: “Em caso algum a compensação poderá privar uma população de seus próprios meios de subsistência.”

A vitória do “direito”

Alguns juristas, como o alemão Bernard Graefrath vão mais longe e questionam o direito que teria o Conselho de Segurança de determinar os montantes de compensações num litígio entre duas partes. Em diversas ocasiões – o ataque israelense contra o aeroporto de Beirute em 1968, a agressão portuguesa contra Guiné em 1970 ou a da África do Sul contra Angola em 1976 –, o Conselho de Segurança decidiu que indenizações deveriam ser pagas às vítimas, mas sem estabelecer os valores. O que não faz parte de suas prerrogativas. No caso de Angola, por exemplo, o representante britânico no Conselho de Segurança relembra, na época: “O Conselho de Segurança não é um tribunal de justiça e não é o lugar apropriado para pronunciamentos sobre pedidos de compensações.”

Questionado, Raboin esclarece: “Entendíamos que as Nações Unidas, com a UNCC, inaugurava uma nova época, assinalada pela vitória do direito.” Viu-se rapidamente o que ocorreu a partir desse precedente, dessa “nova ordem mundial”, na Bósnia, bem como no Sul do Líbano, ou na Palestina... Será Israel obrigado a pagar compensações ao Líbano pelos 25 anos de ocupação do Sul do país? Como confessa um diplomata europeu, o funcionamento parcial da UNCC diz respeito à situação internacional de 1991. “Hoje, uma tal instituição não seria criada. Os Estados Unidos seriam incapazes de impor. Todo mundo se oporia.” Aliás, o que o governo francês vem tentando é conseguir uma mudança de procedimento, com a possibilidade do Iraque se defender e a diminuição, de 30 para 20%, do valor antecipado, através da exportação de petróleo, para pagar as compensações.

Tito Lívio conta uma história, sem dúvida mítica, pois data de 385 antes de Cristo. Roma, vencida, decide negociar. O Senado encarrega os tribunos militares de se entenderem com os gauleses, que sitiavam a cidade. Chega-se a um acordo de mil libras de ouro para o resgate, resgate esse vergonhoso “para um povo que logo iria comandar o mundo”. “A esse fato já revoltante,” precisa Tito Lívio, “vem se acrescentar uma ação revoltante. Os pesos levados pelos vencedores eram falsos e como o tribuno os recusasse, o gaulês teve a insolência de acrescentar aos pesos sua espada e de pronunciar as palavras insuportáveis para os romanos: ‘Desgraça aos vencidos!’...”

Traduzido por Patrícia Burrowes

* Redator-chefe de Le Monde Diplomatique.

1. O escritório entrou com um pedido para garantir o direito de defesa do Iraque com fundos da UNCC. O pedido foi rejeitado. Ler, de Michael E. Schneider, “How Fair and Efficient is the United Nations Compensation Commission

System”, *Journal of International Arbitration*, vol. 15, nº1, março de 1998.

2. Foi rejeitada a proposta do Iraque de que as Nações Unidas abatessem essa quantia de suas exportações de petróleo.

ESTADOS UNIDOS

Democracia para o Terceiro Mundo ver

Nas últimas semanas, os Estados Unidos viveram seus dias de “República das Bananas”. Denúncias de fraudes e inacreditáveis problemas de apuração nas eleições presidenciais trouxeram à tona uma série de graves distorções na propalada democracia norte-americana. O presidente da Venezuela, Hugo Chavez, chegou a ironizar a tumultuada disputa pela sucessão de Bill Clinton, dizendo que o problema todo poderia ter sido evitado se o processo eleitoral tivesse sido acompanhado por um grupo de observadores internacionais. Há um clima de grande desconforto com a possibilidade de vitória do candidato que obteve o menor número absoluto de votos: George W. Bush. A situação está levando muitos norte-americanos a considerar, seriamente, a possibilidade de uma profunda reforma política no país.

Os problemas são muitos. Paradoxalmente, o país que mais produz tecnologia no mundo não possui um pleito totalmente informatizado. Os resultados podem levar dias para serem conhecidos, como está ocorrendo agora. Mais graves ainda são as suspeitas de que houve fraude na Flórida. E o atual modo de funcionamento do processo eleitoral pode ser responsável por isso. Cada condado produz seu próprio material de votação. Democratas afirmam que algumas cédulas da Flórida, pela disposição dos nomes, levaram eleitores de Gore a votar em Pat Buchanan, que, de fato, apresentou um desempenho superior ao esperado. O Estado é governado por Jeb Bush, irmão do candidato republicano. Para agravar este quadro, tudo o que for decidido nas urnas poderá ser alterado na votação que realmente vale, a do Colégio Eleitoral. Mas nem tudo está perdido para o candidato democrata. Segundo a legislação eleitoral americana, delegados comprometidos com um dos candidatos, não têm a obrigação legal de respeitar a decisão popular, durante a votação no Colégio Eleitoral. Podem bandear para o outro lado.

A possibilidade concreta de a eleição presidencial norte-americana ser decidida de forma indireta, com o



Tonho Moraes

Colégio Eleitoral elegendo o candidato menos votados pela população, repercutiu um debate antes limitado ao meio acadêmico, colocando em xeque a própria natureza do sistema democrático nos Estados Unidos. A indefinição das eleições poderá se estender até 18 de dezembro, quando os 538 delegados decidirão quem será o próximo presidente. Pela lei, eles não são obrigados a votar nos candidatos de seus partidos. No ano passado, dois cientistas políticos já haviam defendido a abolição do Colégio Eleitoral. Motivo: a hipótese de um pequeno conjunto de votos, num determinado Estado norte-americano, congelar o resultado das eleições e jogar a Nação mais poderosa do mundo numa indefinição política.

"Os problemas que estamos testemunhando supe-ram muitas das previsões mais apocalípticas que já fizemos sobre o assunto", disse em entrevista à Folha de São Paulo o cientista político Neal Peirce, autor de um estudo sobre o sistema eleitoral norte-americano, intitulado *The Electoral College Primer*. "Mesmo se Bush ganhar na Flórida, os delegados poderão ser pressiona-

dos a mudar seus votos no Colégio Eleitoral e desempatar a eleição indireta em dezembro". Peirce engrossa a corrente daqueles que defendem a extinção do Colégio Eleitoral nos Estados Unidos. Para ele, o Colégio Eleitoral é uma bomba-relógio que explodiria, mais cedo ou mais tarde. Hoje, existe a possibilidade real do vencedor no voto popular ser derrotado no Colégio Eleitoral. Além disso, a sociedade norte-americana testemunha como a apuração de um grupo pequeno de votos na Flórida pode imobilizar a maior potência do mundo. E pior: este impasse reside numa ilegitimidade: se a diferença entre os dois candidatos ficar na casa dos 300 mil votos, como tudo indica, apenas mil eleitores da Flórida poderão decidir as eleições para um dos dois lados.

E a novela pode estar longe do fim, adverte Peirce. Mesmo com a vitória de Bush na Flórida, a diferença entre os dois candidatos no Colégio Eleitoral ficará muito pequena. Por uma decisão da Suprema Corte, os delegados têm obrigação moral, mas não legal, de votarem nos candidatos de seus partidos. Se Gore vencer no voto popular,

mas perder na contagem do Colégio Eleitoral, poderá dar início a uma campanha para que delegados republicanos mudem seus votos em nome da legitimidade eleitoral. Isso não é inédito na história dos Estados Unidos. Nunca, porém, teve maiores conseqüências. O exemplo mais marcante ocorreu em 1800, quando um delegado não seguiu a orientação de seu partido e forçou um empate no Colégio Eleitoral entre Thomas Jefferson e Aaron Burr. Pierce e um número cada vez maior de cientistas políticos vêm defendendo a extinção do Colégio Eleitoral. Ele defende que o presidente dos Estados Unidos seja eleito exclusivamente através do voto popular. Segundo ele, com exceção das pressões dos Estados pequenos, que têm vantagens no Colégio Eleitoral, quase todas as outras hipóteses que justificaram sua criação, em 1787, estão ultrapassadas. "Os EUA pretendem ter ensinado a democracia ao mundo, mas não conseguem ver que, até numa Federação, a legitimidade democrática depende do voto popular, direto e nacional", disse Pierce.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.767.204/0001-64		
BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2000		
RUBRICAS / MESES	AGO	
ATIVO	2.492.761,25	
FINANCEIRO	2.206.814,44	
DISPONÍVEL	2.081.256,13	
CAIXA	1.344,96	
BANCOS	486.831,26	
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	1.613.305,63	
REALIZÁVEL	179.339,51	
CRÉDITOS A REALIZAR	179.339,51	
DEVEDORES	7.347,36	
CRÉDITOS A RECUPERAR	188.645,67	
ADANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	8.467,78	
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	877,81	
ATIVO PERMANENTE	232.142,81	
IMOBILIZADO	228.908,71	
BENS IMÓVEIS	96.278,00	
BENS MÓVEIS	197.167,88	
REFORMAS EM ANDAMENTO	16.000,00	
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	80.648,12	
DIFERIDO	2.239,10	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	2.798,68	
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS)	559,78	
PASSIVO	1.643.864,11	
PASSIVO FINANCEIRO	996.920,69	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	579.732,99	
OBRIGAÇÕES FISCAS E SOCIAIS	3.268,58	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	374.899,38	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	201.627,01	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	18.167,78	
PROVISÕES ENCARGOS PESSOAL	16.197,78	
SALDO PATRIMONIAL	1.047.743,42	
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40	
RESERVAS		
SUPERÁVIT ACUMULADO	439.793,02	

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.767.204/0001-64		
FOLHA 2		
RUBRICAS / MESES	AGO	ACUMULADO
RECEITAS	99.748,74	1.436.527,31
RECEITAS CORRENTES	89.484,23	534.927,99
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		
RECEITA C/ VENDA DE MATERIAIS		
RECEITAS PATRIMONIAIS	21.114,51	118.019,19
RECEITAS FINANCEIRAS		
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	21.114,51	118.019,19
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS		
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		
OUTRAS RECEITAS	150,00	3.370,30
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		1.564,28
OUTRAS RECEITAS	150,00	1.805,04
DESPESAS	96.128,05	587.430,17
DESPESAS CORRENTES	66.128,05	587.430,17
DESPESAS COM CUSTEIO	24.853,29	212.644,04
DESPESAS COM PESSOAL	11.699,87	113.100,08
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.074,07	47.730,32
DESPESAS DE EXPEDIENTE	4.473,80	28.280,67
DESPESAS COMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	388,90	9.742,52
DESPESAS LEGAIS		379,78
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.117,01	5.115,68
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.170,81	9.335,25
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	9,00	1.056,19
ENCARGOS FINANCEIROS	25,78	64,78
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO		
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	22.748,78	231.884,11
DESPESAS COM PESSOAL		586,00
DESPESAS COM VEICULAÇÃO		40.556,71
DESPESAS COM VIAGENS	9.493,62	72.640,39
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS		2.090,61
DESPESAS C/ATIVD. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	2.808,00	17.551,79
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	10.890,14	90.189,08
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		582,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.526,00	142.702,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	15.089,00	116.199,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.444,00	28.809,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	24.620,69	849.087,14
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	849.087,14	849.087,14
CARLOS SCHMIDT PRESIDENTE		
NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR - CRC/RJ Nº 14418		

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.767.204/0001-64		
BALANCETES - VALORES MENSAIS - 2000		
RUBRICAS / MESES	AGO	ACUMULADO
ATIVO	2.294.511,49	
FINANCEIRO	2.090.838,99	
DISPONÍVEL	1.588.064,43	
CAIXA	2.004,61	
BANCOS	277.593,36	
APLICAÇÕES LIQUIDEZ IMEDIATA	1.806.885,19	
REALIZÁVEL	172.574,56	
CRÉDITOS A REALIZAR	172.574,56	
DEVEDORES	747,36	
CRÉDITOS A RECUPERAR	166.801,88	
ADANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS		
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	787,35	
ATIVO PERMANENTE	233.872,48	
IMOBILIZADO	231.868,00	
BENS IMÓVEIS	68.279,00	
BENS MÓVEIS	197.167,83	
REFORMAS EM ANDAMENTO	17.980,02	
DEPRECIACÕES ACUMULADAS	61.786,89	
DIFERIDO	2.182,46	
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	2.798,68	
(AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS)	506,42	
PASSIVO	1.433.146,97	
PASSIVO FINANCEIRO	395.409,55	
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	367.195,40	
OBRIGAÇÕES FISCAS E SOCIAIS	590,64	
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	165.420,48	
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	201.214,30	
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	18.208,15	
PROVISÕES ENCARGOS PESSOAL	18.208,15	
SALDO PATRIMONIAL	1.047.743,42	
ATIVO LÍQUIDO REAL	608.950,40	
RESERVAS		
SUPERÁVIT ACUMULADO	439.793,02	

ADUFRGS - ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS CNPJ-MF Nº 90.767.204/0001-64		
FOLHA 2		
RUBRICAS / MESES	AGO	ACUMULADO
RECEITAS	88.503,20	1.535.030,51
RECEITAS CORRENTES	70.064,28	804.992,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		
RECEITA C/ VENDA DE MATERIAIS		
RECEITAS PATRIMONIAIS	18.042,66	194.061,96
RECEITAS FINANCEIRAS	18.042,66	194.061,96
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS		708,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS		
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		
OUTRAS RECEITAS	396,26	3.766,56
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	290,20	1.890,82
OUTRAS RECEITAS	100,00	1.890,82
DESPESAS	78.235,80	663.866,03
DESPESAS CORRENTES	78.235,80	663.866,03
DESPESAS COM CUSTEIO	24.459,22	237.274,58
DESPESAS COM PESSOAL	12.980,16	128.120,21
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	7.141,72	54.881,04
DESPESAS DE EXPEDIENTE	2.776,03	29.066,70
DESPESAS COMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	884,30	10.738,72
DESPESAS LEGAIS	15,99	692,82
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	288,38	5.404,48
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.170,87	10.905,62
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	9,00	1.056,19
ENCARGOS FINANCEIROS	18,85	78,55
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO		
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	33.122,29	258.005,50
DESPESAS COM PESSOAL		586,00
DESPESAS COM VEICULAÇÃO		40.556,71
DESPESAS COM VIAGENS	8.264,02	61.884,41
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	100,00	2.180,61
DESPESAS C/ATIVD. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	710,00	18.241,79
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	22.968,87	121.141,43
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		582,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.683,25	151.385,35
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	15.208,25	131.407,25
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.476,00	28.876,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	12.267,34	851.354,48
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	851.354,48	851.354,48
CARLOS SCHMIDT PRESIDENTE		
NINO H. FERREIRA DA SILVA CONTADOR - CRC/RJ Nº 14418		



Livro denuncia ocupação norte-americana da Amazônia

Nos anos 70, o casal de jornalistas americanos Gerard Colby e Charlotte Dennett encontrou em plena floresta amazônica um grupo de missionários, do Summer Institute of Linguistics (SIL).

Impressionados com o tamanho do acampamento e a variedade de equipamentos, entre rádios e computadores, resolveram investigar. Afinal, eles estavam preocupados com o massacre de índios que vinha ocorrendo na região. O que fariam tantas americanos no meio da selva? Acabaram chegando a ligações estranhas – ou não tão estranhas assim – envolvendo missionários protestantes, governo americano e CIA.

Gerard e Charlotte estiveram na 46ª Feira do Livro de Porto Alegre, dia 12 de novembro, palestrando para um auditório lotado no Clube do Comércio, que os ouviu tratar do tema "Internacionalização da Amazônia". O casal contou que, seis meses depois de passarem pela Amazônia brasileira, peruana e colombiana, voltaram para os Estados Unidos, onde iniciaram uma longa pesquisa em arquivos da Casa Branca, e da família Rockefeller (aberto só nos anos 90) e outros. O resultado eles contam em um livro de 1.060 páginas lançado nos Estados Unidos com o nome "Thy Will be Done", e que há dois anos foi publicado no Brasil pela Record, com o nome "Seja Feita a Vossa Vontade".

O livro mostra quase cem anos de presença americana na Amazônia e investiga a atuação de Nelson Rockefeller (ex-governador de Nova York, que chegou a vice-presidente dos Estados Unidos) no Brasil. Segundo Gerard, durante quase 40 anos, Rockefeller, herdeiro de um império petrolífero, e Cameron Townsend, líder protestante, uniram recursos e estratégias para "combater o comunismo que se espalhava pela América Latina" e evangelizar as populações indígenas. Mas o principal fim era muito mais espetacular: conquistar a Amazônia. "A Amazônia representava para eles o que o Velho Oeste representou no século passado: um novo local para onde se expandir", diz Gerard.

Utopia capitalista

O plano quase utópico estava sustentado em três pilares bastante sólidos: uma das mais tradicionais famílias americanas, o governo americano e a maior organização missionária protestante. Conforme os autores, os missionários eram enviados à América Latina com o objetivo de pacificar a população nativa das fronteiras ricas em petróleo e minerais raros, o que levou à destruição da cultura local. Por trás disso estava Rockefeller e suas influências em mineradoras e empresas

brasileiras, as quais o ajudaram a ganhar poder político e ampliar seu império econômico. "Junto com isso estava a defesa de ditaduras militares", falou Gerard.

No início de sua palestra, Charlotte se disse emocionada por estar no Rio Grande do Sul, terra "do brasileiro que mais trabalhou contra a internacionalização da Amazônia". Segundo ela, Getúlio Vargas é o herói de "Seja Feita a Vossa Vontade", por sua intransigência em relação à abertura da região amazônica, sentimento que se acentuou depois de uma visita do então presidente a Porto Velho. Homem importante nesta resistência, o nacionalista Vargas "justificou" uma intervenção dos americanos inclusive em nossa vida política.

O que Gerard diz é que a tentativa de colocar em prática um grande plano de dominação de uma das áreas mais ricas do planeta resultou em patrocínio de ditaduras e exploração da natureza. No livro, o casal de jornalistas – eles se casaram quase na mesma época em que iniciaram o trabalho – entra nos bastidores dessa operação e mostra os *lobbies* políticos, o uso de missionários para cumprir os propósitos da CIA e a concordância de coronéis locais. Dessa forma, os autores acabam revelando uma lista de nomes de políticos e empresários brasileiros e americanos envolvi-

dos. "Chegamos a nomes como os de Roberto Campos (primeiro embaixador brasileiro nos EUA), Walter Moreira Salles (dono do Unibanco), Antônio Gallotti (Light, Brascan), Augusto Azevedo (Caemi) e muitos outros", diz Gerard.

Charlotte afirma que Roberto Campos defendeu a ação dos missionários na selva amazônica, que Antunes encobria a participação de Rockefeller em uma fundação, para desviar a atenção dos nacionalistas, e que Magalhães era informante do FBI sobre o governo Vargas e sócio, junto com Moreira Salles, de Rockefeller. Perguntados sobre o que os motivou a denunciar seus próprios compatriotas, com relação à americanização da Amazônia, os jornalistas responderam que os motivos foram a impossibilidade de ficarem de braços cruzados ante o genocídio de índios (promovido pela ocupação branca e suas doenças) e a destruição da natureza. Escrúpulos que se sobram neles faltaram em brasileiros e americanos que só pensaram no que podiam tirar da selva e de seus habitantes. Gerard Colby foi secretário de imprensa do Congresso americano e faz parte das associações de escritores Authors Guild, e National Writers Union. Charlotte Dennett é jornalista e foi repórter de vários jornais americanos.



Mario Guerreiro

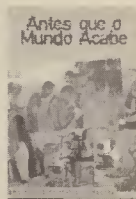
ORELHA



Os sentidos da alfabetização

Maria do Rosário Longo Mortatti

Reconstitui a história dos métodos de ensino de leitura e de escrita, que é, na verdade, a história dos sentidos que ao longo do tempo foram sendo atribuídos à alfabetização. Editora Unesp. 372p.



Antes que o mundo acabe

Marcelo Carneiro da Cunha

Novela infanto-juvenil, faz uma reflexão para criança e adolescentes sobre o mundo globalizado. Mostra

como o planeta está cada vez menor à medida que a cultura foi se hegemonizando. Para salvar o mundo, antes que ele acabe, um grupo de fotógrafos percorre o planeta registrando o mundo como ele é hoje. Editora Projeto. 142p.

Contos cinematográficos

Carlos Gerbase

Reúne textos que inicialmente foram escritos para roteiro de cinema, mas nunca foram para a tela.

Os temas são o cotidiano, tratados de forma pouco convencional, com humor e "inflexão pop". É o contrário exato da adaptação da literatura para o cinema. Artes & Ofícios. 126p.

WWW

Mulheres (1)

www.cfemea.org.br

Página do Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Traz informações sobre questões relacionadas à luta das mulheres.

Mulheres (2)

www.mujeresdelsur.org.uy

Página da Articulación Feminista Marcosur, que atua na defesa da equidade de gênero nos processos de integração regional e articula a participação do Mercosul no Fórum Social Mundial.

Colômbia: Sob fogo cruzado

O ensino público está no olho do furacão privatista que assola a América Latina e preocupa aqueles que buscam alternativas à hegemonia do mercado no mundo das relações sociais. Se é certo afirmar que a Educação pública está acentuadamente corroída em países como o Brasil, Argentina e Uruguai, o que dizer do ensino em um país em forte convulsão política, social e militar como a Colômbia? Foi para falar sobre esse tema, que esteve em Porto Alegre a presidente da Associação Colombiana de Educadores, Glória Ramirez. Segundo ela, a Colômbia – país com 40 milhões de habitantes – tem 300 mil professores. Desses, 40% ficam nas zonas em que ocorre o conflito armado entre Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farcs), paramilitares e o exército, que, auxiliado pelos Estados Unidos, coloca em prática o Plano Colômbia.

Jéferson Assunção



Cristina Lima

Glória: o que os EUA querem é acabar com países que de alguma maneira buscam alternativas ao neoliberalismo

AD ^{verso} **Quais as principais dificuldades enfrentadas, atualmente, pelos professores colombianos?**

Glória Ramirez - Estamos vivendo uma situação muito difícil, uma luta social muito forte contra o neoliberalismo. Nosso país está aplicando uma política de ajuste de um convênio firmado pelo governo com o FMI. Entre outras coisas, o governo está comprometido em fazer uma reforma na seguridade social dos trabalhadores, o que implica em aumentar o tempo de cotização e também a idade para se aposentar. Além disso, o Estado se comprometeu em fazer uma reforma tributária que aumentará os impostos e deverá cortar as transferências de verbas que a nação tem de dar aos diferentes territórios – neste sentido a educação sai muito prejudicada.

Adverso - Não só a educação, mas a área social como um todo, não é mesmo?

Glória - A aplicação desta política de ajuste tem diminuído muito a qualidade de vida do povo colombiano, pois significa menos saúde, também, menos investimento social. E, paralelamente a este processo, 40% do Orçamento em nosso país está sendo usado para pagar a dívida externa. Outros 15% vão para os gastos militares (com o Plano Colômbia). Por isso, os trabalhadores estão reivindicando uma revisão da estrutura do Orçamento, e querem que haja uma moratória do pagamento da dívida externa para liberar recursos que tornem possível um maior investimento social. O objetivo é derrotar o desemprego estrutural, que em nosso país chega atualmente a 22%. Desta maneira poderemos reativar a economia gerando mais emprego, investindo na produção, na indústria, na agricultura etc.

Adverso - Que papel os professores estão desempenhando neste processo?

Glória - Os educadores estão tendo um papel muito importante de denunciar o modelo neoliberal que quer colocar a educação na esfera do mercado, convertendo as escolas em empresas e os alunos em clientes. Os neoliberais querem que as direções das escolas e colégios busquem um auto-financiamento da educação, desta maneira evadindo-se da responsabilidade de garantir o direito à educação a todos os estudantes do país.

Adverso - Qual o percentual atual de escolas públicas e privadas na Colômbia? O número de escolas públicas tem diminuído?

Glória - O sistema público seria responsável pela educação inicial dos colombianos, mas na verdade 70% dos pré-escolares estão nas mãos do setor privado. Somente 30% ficam com o setor público. Na educação primária, 90% estão no setor público e 10% no privado. No secundário, 60% no público e 40% no privado, e na universidade, 30% estão nas mãos da rede privada. Mas deve-se dizer que as universidades públicas só estão funcionando devido ao auto-financiamento. Outra coisa é que os estu-

dantes, que não têm com que pagar seus estudos, necessitam fazer empréstimos. Mas o pior é que isso está dentro de uma grande contradição do sistema de ensino colombiano, que promove uma educação para o trabalho, mas não há emprego, porque não há uma política de governo que gere empregos.

Adverso - Até que ponto o Plano Colômbia tem atingido a educação no país?

Glória - Os EUA têm dado uma ajuda de mais de US\$ 1,5 milhão, que implicam na compra de helicópteros militares e armas que vão combater, supostamente, na zona de cultivo de coca. O que nós vemos, na verdade, é que existe um combate para acabar com a guerrilha colombiana. E tudo isso significa, evidentemente, menos dinheiro para a Educação. Mas nós estamos rechaçando o Plano Colômbia em sua integralidade, porque ele é um plano que está fortalecendo a guerra. Por isso estamos pedindo que os governos amigos não apoiem o Plano e estamos chamando para que Equador, Peru, Brasil não ponham militares em suas fronteiras dizendo que os inimigos são os colombianos. Os Estados Unidos querem buscar o apoio dos países vizinhos para que não sejam condenados em nível mundial. Mas estamos dizendo que

“ Temos mais de cem educadores que foram assassinados diante dos estudantes ”

esses países devem respeitar a autonomia do povo colombiano, pois o que os Estados Unidos buscam é acabar com países que de alguma maneira estão buscando uma alternativa ao neoliberalismo e contra o imperialismo. Os Estados Unidos querem intervir diretamente na Colômbia, Venezuela e Cuba para evitar que, neste locais, haja um trânsito até outra sociedade.

Adverso - Como estão ocorrendo as aulas nessas regiões em conflito?

Glória - A situação está muito complexa. Os professores estão no meio de um fogo cruzado entre exército, guerrilha e paramilitares. Temos feito uma proposta de que as escolas sejam respeitadas como território de paz. Isso quer dizer que o Exército não entre nas escolas para usá-las por franco-atiradores, que as guerrilhas tampouco entrem para fazer reuniões, e que os paramilitares não cheguem nas escolas para usá-las como depósito de armas e instrumentos para a guerra. Estamos pleiteando que as escolas sejam respeitadas como espaços em que se constrói o conhecimento, espaços em que se está educando ao povo colombiano, portanto elas não devem ser agredidas. Devem ser territórios de paz que permitam, no futuro, fazer um desenvolvimento de toda a nossa população.

Adverso - A senhora quer dizer que os professores e estudantes estão expostos a perigos reais? Inclusive correndo risco de serem mortos?

Glória - Temos mais de cem educadores que foram assassinados diante dos estudantes, por diferentes causas. Chegam, por exemplo, de moto, e disparam contra os professores na frente dos estudantes. Há muitos casos destes no país. Todos nós que fazemos sindicalismo, os que trabalham com direitos humanos, somos considerados pelo exército e paramilitares como auxiliares naturais da guerrilha. Paramilitares têm matado sindicalistas em seus locais de trabalho e assim não se escapam os educadores que por sua profissão são líderes naturais de suas comunidades. Por isso, estamos hoje pleiteando um respeito a eles. Além disso temos mais de dois mil educadores que tiveram que sair de seus locais de trabalho, porque não há garantia de vida. Temos mais de 800 ameaçados diretamente por diferentes atores do conflito, porque há a intromissão dos paramilitares obrigando os professores a se retirarem das organizações sindicais, senão os matam. Em um departamento do país, mais de 200 educadores retiraram-se do sindicato porque estão sendo obrigados.

Adverso - No Brasil, a senhora veio buscar apoio para a luta dos educadores colombianos...

Glória - Estamos mostrando aos trabalhadores e educadores brasileiros que na Colômbia, mais do que um conflito armado, há uma luta social, produto da aplicação do modelo neoliberal. É um país que produz arroz e hoje importa, produz café e hoje importa. Também estamos dizendo que hoje o neoliberalismo ameaça a educação, desfinanciando-a. E estamos chamando para que se faça uma luta continental, buscar uma solidariedade que nos permita rechaçar este projeto. Temos que construir uma força social que nos permita avançar na defesa de uma educação pública no continente para conseguir o desenvolvimento, com informação e pesquisa.

Adverso - Em sua opinião, quem tem mais força neste conflito armado?

Glória - Na Colômbia, o movimento guerrilheiro tem uma influência em todo o país. Em alguns setores é maior e outras menor. Por sua parte, os paramilitares também têm zonas de influência. Em 40 anos de luta, a guerrilha não foi capaz de derrotar o Exército, nem o Exército de derrotar a guerrilha. Por isso, os trabalhadores querem uma saída negociada que reflita em profundas reformas econômicas, sociais e políticas em nosso país. Mas com o Plano Colômbia, o conflito está se acelerando, no que chamamos escalonamento da guerra. Com os recursos financeiros dos EUA, o governo busca desequilibrar as forças. Mas a guerra não é boa para ninguém. Hoje há uma campanha muito grande nos meios de comunicação, buscando uma saída por meio da guerra, mas nós estamos buscando a solidariedade.